



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Ata do Copom e dados de atividade são os destaques da semana no Brasil

O Banco Central divulga, na terça (12), a Ata da última reunião do Copom que decidiu elevar a taxa Selic em 0,5 pp, para 11,25% aa. O documento deve entrar em mais detalhes em alguns tópicos relevantes da conjuntura atual e como isto pode afetar a condução da política monetária, como a recente eleição de Donald Trump nos EUA, enquanto no âmbito interno, o foco está na dinâmica das contas públicas (e a necessidade de contenção da trajetória de alta da dívida pública). Além disso, importante observar se o BCB dará alguma ênfase em suas projeções de inflação como forma de sinalizar o ciclo esperado de alta dos juros, dado que atualmente implicaria na necessidade uma alta acentuada da Selic para levar a inflação para a meta. Ainda, se a Ata trouxer um comunicado considerado duro, pode impulsionar as apostas de uma alta de 0,75 pp da Selic na reunião de dezembro, movimento que começa a ganhar força no mercado.

As atenções também estarão voltadas para os indicadores de atividade de setembro, que devem mostrar que a economia seguiu em expansão no 3º trimestre, embora com alguma moderação. O IBGE divulga os números do varejo na terça (12) e do setor de serviços na quarta (13). Para o varejo (ampliado), a expectativa é de alta 2,3% no mês, mostrando um avanço de 0,7% no 3º trimestre. Para o setor de serviços, a perspectiva também é de alta no mês (+0,7%), mas apontando um crescimento mais forte no trimestre (+1,0%), impulsionado pela demanda por serviços prestados às famílias. Já o Banco Central divulga, na quinta-feira (14), seu índice de atividade econômica, o IBC-Br, que é uma *proxy* mensal do PIB. A expectativa é que o indicador avance 0,50% no mês, encerrando o 3º tri com alta de 0,8%, abaixo do registrado no 2T24 (+1,2%), mas ainda assim, sinalizando uma nova expansão do PIB no período.

No campo fiscal, o Banco Central divulgou hoje cedo o resultado de setembro do setor público consolidado, que mostrou déficit de R\$ 7,3 bi no mês. Embora um pouco melhor do que o observado em set/23 (R\$ -18,1 bi), segue apontando para um expressivo déficit primário (R\$ 245,6 bi ou 2,15% do PIB) e nominal (R\$ 1,1 tri ou 9,3% do PIB) nos últimos 12 meses, além de manter a razão dívida bruta/PIB em tendência de alta, que atingiu 78,3% (ante 74,5% em dez/23). Assim, segue grande a expectativa em torno do anúncio das medidas de controle das despesas, que estão em gestação pelo governo.

A FGV divulga o IGP-10 de novembro na quinta (14), que deve seguir pressionado no atacado. O indicador deve subir 1,40% no mês, puxado pelos preços de importantes *commodities* agrícolas (carnes, milho e soja) e industriais (minério de ferro), quadro que tem aumentado a preocupação com a dinâmica da inflação. Em 12 meses, o índice deve acumular alta de 6,03% (ante 5,10%).

No setor corporativo, a semana praticamente encerra a temporada de balanços do 3T24 dos principais bancos de capital aberto do país. Destaque para o resultado do Banco do Brasil, que será conhecido na quarta (13), e deve mostrar um lucro líquido de R\$ 9,4 bi no período, equivalente a uma ligeira queda de 1,5% no trimestre, mas alta de 6,6% ante o mesmo período de 2023. Diferente dos demais grandes *players*, o BB deve reportar alguma piora na inadimplência do crédito rural, a principal carteira da instituição, diante das condições menos favoráveis ao setor (queda dos preços e do volume da safra), explicando assim a leve piora do resultado no trimestre. Ainda na semana, também serão conhecidos os resultados do BTG e Banrisul, na terça (12); Nubank e Pine, na quarta (13); e, Inter, na quinta (14). O quadro na próxima página traz as datas de divulgação e as projeções do mercado para os bancos de capital aberto no Brasil, cujos resultados ainda não foram divulgados.

No âmbito internacional, após vitória de Donald Trump, os agentes estarão atentos às indicações sobre a futura composição do governo e primeiras medidas que podem ser adotadas. Temas como: magnitude do provável aumento das tarifas de importação (especialmente em relação à China), questões geopolíticas (guerras da Ucrânia e no Oriente Médio) e de caráter doméstico (como a permanência de Jerome Powell no comando do Fed, cujo mandato vai até o 1º semestre de 2026) devem estar no radar. Oficialmente, a posse do novo presidente ocorre apenas no dia 20 de janeiro.



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Quanto aos indicadores, destaque para a divulgação da inflação ao consumidor (CPI) de outubro nos EUA, na quarta-feira (13), que junto com o atual quadro político, pode indicar um ciclo de corte dos juros mais tímido no país. O consenso de mercado projeta que a inflação subirá 0,2% no mês, o que faria o indicador voltar a acelerar no acumulado em 12 meses, passando de 2,4% para 2,6%. Já o núcleo do indicador, que exclui os alimentos e energia, deve permanecer estável em 3,3% em 12 meses, bem acima da meta. Ainda em relação à inflação, na quinta (14) será divulgado o resultado da inflação ao produtor (PPI), que também deve mostrar algum repique em base anual, de 1,8% para 2,3%.

A semana também traz dados de atividade do mês de outubro nos EUA, com números do varejo e da indústria na próxima sexta (15). A expectativa é de que o varejo siga com o desempenho positivo (+0,3%), beneficiado pelo consumo das famílias que segue aquecido no país. Por outro lado, a indústria deve apresentar nova queda mensal, prejudicada pelas greves recentes e os impactos dos furacões.

Na China, também serão conhecidos dados de atividade referentes ao mês de outubro, que podem mostrar alguma retomada da economia no período. As projeções de alta para a indústria e o varejo são de 5,6% e 3,8%, respectivamente, na comparação com o mesmo período de 2023, superior ao observado em setembro (5,4% e 3,2%, nessa ordem). No geral, os dados devem mostrar algum impacto positivo dos estímulos anunciados recentemente, embora em nível ainda aquém da meta de crescimento estabelecido pelo país. Os números saem na quinta (14) à noite.

A próxima página traz a agenda completa de indicadores, com as datas de divulgação e projeções de mercado.

Calendário de Divulgação e Estimativa de Lucro dos Bancos com Capital Aberto para o 3T24

Banco	Data	Estimativa de Lucro Líquido no 3T24 - Em R\$ mi	Var. % Trimestral	Var. % Anual
Banrisul	12/nov	251,9	1,8%	97,7%
BTG Pactual	12/nov	3.144,5	11,4%	19,9%
Banco do Brasil	13/nov	9.362,6	-1,5%	6,6%
Pine	13/nov	-	-	-
Nubank	13/nov	-	-	-
Inter	14/nov	254,4	14,3%	144,3%
XP	19/nov	1.225,4	9,6%	12,8%

Fonte: RI dos bancos. Projeção: Bloomberg.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
11/nov	BCB: Estatísticas Fiscais	Set/24	R\$ -7,2 bi	R\$ -21,4 bi
12/nov	BCB: Ata do Copom	-	-	-
12/nov	IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)	Set/24	2,3% m/m 4,5% a/a	-0,8% m/m 3,1% a/a
13/nov	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Set/24	0,7% m/m 3,6% a/a	-0,4% m/m 1,7% a/a
14/nov	BCB: Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)	Set/24	0,50% m/m 4,20% a/a	0,2% m/m 3,1% a/a
14/nov	FGV: IGP-10	Nov/24	1,40% m/m 6,03% a/a	1,34% m/m 5,10% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
13/nov	Zona do Euro	Produção Industrial	Set/24	-1,4% m/m	1,8% m/m
13/nov	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Out/24	0,2% m/m 2,6% a/a	0,2% m/m 2,4% a/a
14/nov	Zona do Euro	PIB	3º tri/24 – 2ª leitura	0,4% t/t-1	0,2% t/t-1
14/nov	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Out/24	0,2% m/m 2,3% a/a	0,0% m/m 1,8% a/a
14/nov	China	Produção Industrial	Out/24	5,6% a/a	5,4% a/a
14/nov	China	Vendas no Varejo	Out/24	3,8% a/a	3,2% a/a
14/nov	China	Taxa de Empréstimo de Médio Prazo (1 ano)	-	2,0% a/a	2,0% a/a
15/nov	EUA	Vendas no Varejo	Out/24	0,3% m/m	0,4% m/m
15/nov	EUA	Produção Industrial	Out/24	-0,3% m/m	-0,3% m/m

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Copom acelera ritmo de aperto da taxa Selic para 0,50 pp e sugere juros mais elevados

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou a taxa Selic em 0,50 pp, para 11,25% aa, como amplamente esperado pelo mercado. A decisão por acelerar o ritmo de aperto monetário (após alta de 0,25 pp na reunião anterior) foi unânime entre os diretores, com o comunicado sugerindo que, caso a questão fiscal não seja endereçada, pode ser necessário elevar a Selic acima do esperado até o momento (boletim Focus projeta a taxa atingindo 12,50% aa no fim do 1º semestre de 2025).

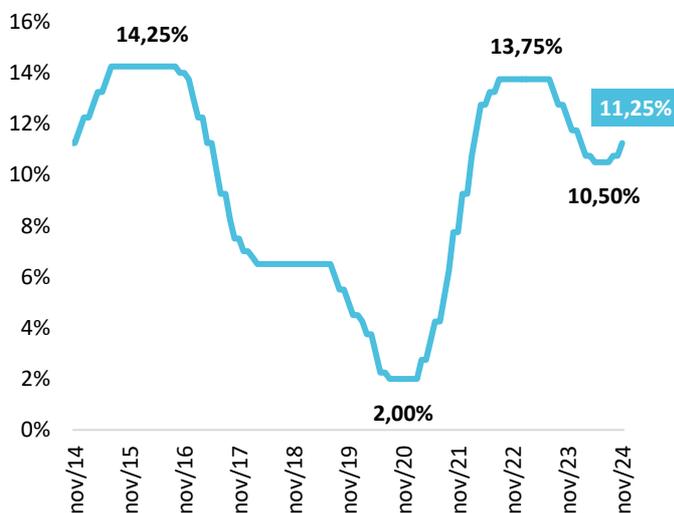
Na avaliação do cenário, a eleição dos EUA entrou de maneira sutil no comunicado, com a menção que a conjuntura econômica incerta no país suscita dúvidas quanto à postura do Fed. No cenário doméstico, o Copom seguiu apontando que a atividade e o mercado de trabalho têm apresentando dinamismo, enquanto a inflação (e suas medidas subjacentes) seguem acima da meta. Outro ponto de atenção foi a reavaliação do quadro fiscal. O Comitê foi enfático ao apontar que a situação das contas públicas tem afetado de forma relevante os preços dos ativos e as expectativas dos agentes, e destacou a necessidade de "apresentação e execução de medidas estruturais para o orçamento fiscal".

Por sinal, houve uma piora nas projeções de inflação da instituição. Para o horizonte relevante para a condução da política monetária (2T26), a projeção subiu de 3,5% para 3,6%, se afastando ainda mais da meta de 3,0%. Apesar de marginal, a projeção já inclui uma taxa Selic mais elevada do que a considerada na reunião anterior (12,5% ante 11,5%). Ou seja, a piora do cenário desde então mais do que compensou a expectativa de juros mais altos no período, indicando que é preciso uma taxa de juros bem maior (cerca de 2 pp além do esperado) para colocar a inflação na meta. Ademais, o Comitê seguiu indicando que o balanço de riscos está assimétrico para cima.

Quanto aos próximos passos, o Comitê manteve a estratégia de não dar orientações futuras, condicionando suas próximas decisões à evolução dos dados. O tom do comunicado e as projeções de inflação, no entanto, dão algumas pistas. Considerando que não haja uma alteração relevante do quadro atual, a tendência é que Colegiado mantenha a estratégia de elevação dos juros em 0,5 pp nas próximas reuniões, levando a taxa Selic para 13% (ou mais). Contudo, a apresentação de um plano crível de ajuste fiscal evitaria uma elevação tão acentuada dos juros.

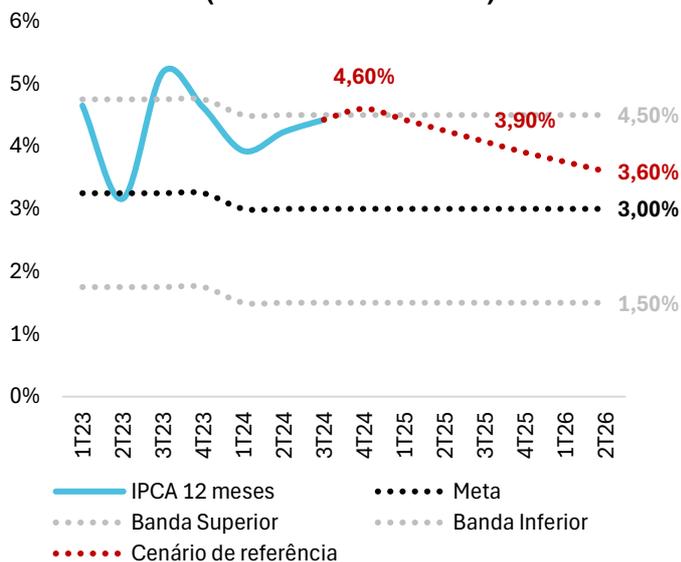
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: Taxa Selic – em % aa



Fonte: BCB

Quadro 2: IPCA 12 meses e Projeção do BCB (Cenário de referência)



Fonte: BCB e IBGE. *Cenário de referência considera a taxa Selic variando conforme expectativa coletada no boletim Focus.

O IPCA de outubro reforçou o quadro de preocupação com a inflação. O índice subiu 0,56% no mês, pouco acima do esperado (+0,54%) e com uma piora de composição. O indicador também acelerou em 12 meses, de 4,42% para 4,76%, voltando a rodar acima do teto da meta (4,50%) pela primeira vez desde janeiro deste ano.

A alta dos preços foi puxada pelos alimentos consumidos no domicílio, que passaram de 0,56% para 1,22%, pressionados pelos preços das carnes (+5,81%), refletindo a menor oferta interna (secas) e o elevado volume de exportação. O acionamento da bandeira vermelha nível 2 (ante nível 1 em setembro) nas contas de energia elétrica (+4,74%) também pressionou o indicador, igualmente influenciado pelo clima.

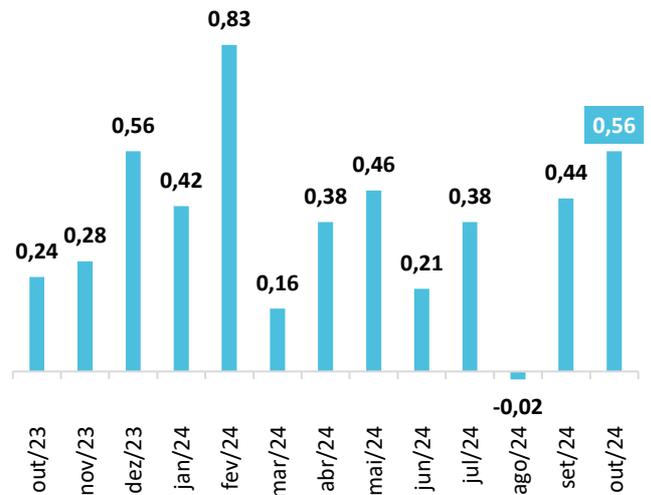
Na outra ponta, as principais baixas vieram do grupo transporte, único a recuar no mês (-0,38%). O resultado foi influenciado pela queda das passagens aéreas (-11,50%) e pelas concessões de gratuidade nas tarifas de ônibus (-3,51%), trem (-4,80%) e metrô (-4,63%) nos dias das eleições municipais que ocorreram no mês.

Do ponto de vista qualitativo, houve uma piora generalizada nas principais métricas. O coeficiente de difusão voltou a superar os 60%, sinalizando que a alta dos preços foi mais espalhada na economia. A média dos núcleos acompanhados pelo BCB acelerou de 3,81% para 4,00% em 12 meses, enquanto os serviços subjacentes, mais ligados ao ciclo econômico, subiram de 4,73% para 5,32%. Os dados também sinalizam os efeitos da desvalorização do real, com o repasse cambial pressionando principalmente os itens industriais, que aceleraram de 1,51% para 1,77%.

No geral, o dado de outubro corrobora a piora da inflação, que pode fechar o ano acima do teto da meta. Embora parte da alta da inflação reflita as questões climáticas, o cenário econômico (atividade aquecida, depreciação cambial e incertezas sobre a política fiscal) também preocupa, justificando a posição do Copom quanto à necessidade de juros mais elevados.

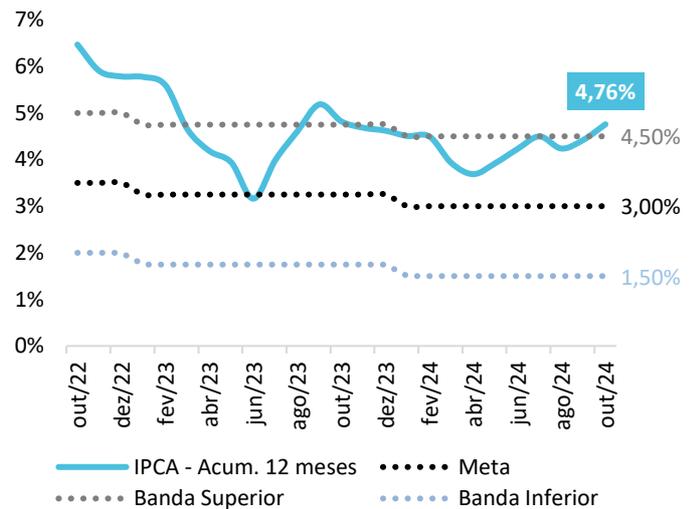
Com relação às contas públicas, o governo central voltou a registrar déficit primário, de R\$ 5,3 bilhões em setembro. O resultado reverteu o superávit registrado em set/23 (R\$ 12,0 bi, em termos reais), ainda que inflado na ocasião por receitas não recorrentes. A receita líquida caiu 8,5% no comparativo anual, em termos reais, puxada pela queda (-59,8%) das receitas não administradas pela RFB, uma vez que em set/23 houve a apropriação de R\$ 27,1 bi em recursos não sacados do PIS/Pasep. Ou seja, sem este efeito, o Tesouro teria registrado um déficit próximo a R\$ 15 bi no período, pior do que o registrado neste mês de setembro. Por outro lado, as receitas administradas pela Receita Federal cresceram 17,4% na mesma comparação.

Quadro 3: IPCA – Var.% mensal



Fonte: IBGE

Quadro 4: IPCA – Acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE

Quadro 5: Resultado Primário do Governo Central Meses de Setembro (Em R\$ bi, valores deflacionados)



Fonte: Tesouro Nacional.

Já as despesas subiram 1,4% no período, influenciadas pela antecipação do pagamento de precatórios federais previstos para 2025 ao Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 4,3 bi. Além disso, o significativo aumento dos gastos com o benefício de prestação continuada – LOAS (+13,2%) segue pressionando o resultado.

No acumulado do ano (janeiro a setembro), o governo central registrou um déficit primário de R\$ 105,2 bi, pior do que o déficit acumulado no mesmo período de 2023 (R\$ 97,3 bi, em termos reais). Neste comparativo, a piora do resultado decorre da alta real de 6,5% das despesas, enquanto a receita líquida cresce 6,4%.

Em relação ao mês de outubro, o secretário do Tesouro afirmou que o mês foi bastante positivo (superávit próximo a R\$ 40 bi), beneficiado pelo ingresso de receitas não recorrentes. Assim, o cumprimento da meta fiscal deste ano parece bastante provável. Contudo, o que tem incomodado os agentes é o crescimento expressivo de algumas despesas, que pode inviabilizar o novo arcabouço fiscal em poucos anos e por si só, não parece conseguir produzir superávits e estabilizar a dívida pública.

A balança comercial registrou superávit de US\$ 4,3 bi em outubro, novamente abaixo do observado no mesmo mês do ano passado (US\$ 9,2 bi). O resultado segue influenciado pela forte expansão das importações (+22,5% ante out/23), enquanto as exportações ficaram praticamente inalteradas (-0,7%) no período. As importações subiram em todas as categorias econômicas, com expressivo avanço em bens de capital (+32,0%), intermediários (+29,5%) e de consumo (+26,0%). No caso das exportações, a alta das vendas de bens industriais (+10,9%), foi compensada pela queda de itens extrativos (-14,5%) e agropecuários (-12,8%).

No acumulado de janeiro até outubro, o saldo comercial atingiu US\$ 63,0 bi, valor 22% abaixo do registrado no mesmo período de 2023 (US\$ 80,8 bi). Neste comparativo, a queda do saldo também é resultado da expansão das importações (+9,5%) e estagnação das exportações (+0,5%). A explicação para isso decorre, do lado das exportações, da menor safra agrícola e queda no preço das *commodities*. Já entre as importações, reflete a demanda interna aquecida, além do aumento das tarifas de importação de veículos elétricos/híbridos escalonado ao longo dos próximos anos, que levou a uma antecipação das compras. Como exemplo, as importações de veículos crescem 63% neste ano.

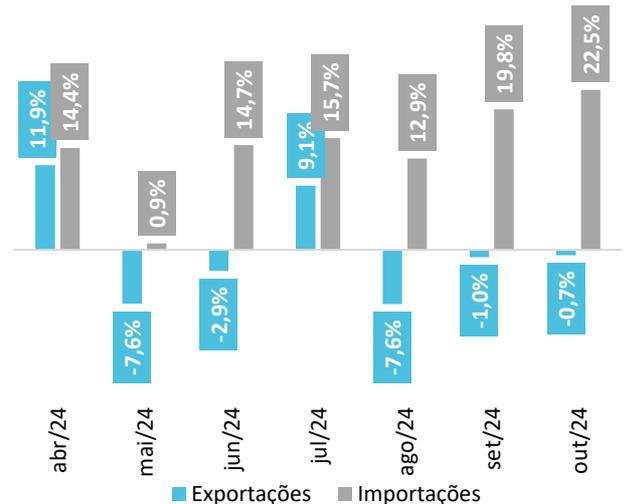
A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) projeta um saldo comercial de US\$ 70,4 bi em 2024, abaixo do atingido no ano passado (US\$ 99,0 bi), mas ainda assim, o segundo maior da série histórica.

Quadro 6: Resultado Primário do Governo Central – Acum. 12 meses (% do PIB)



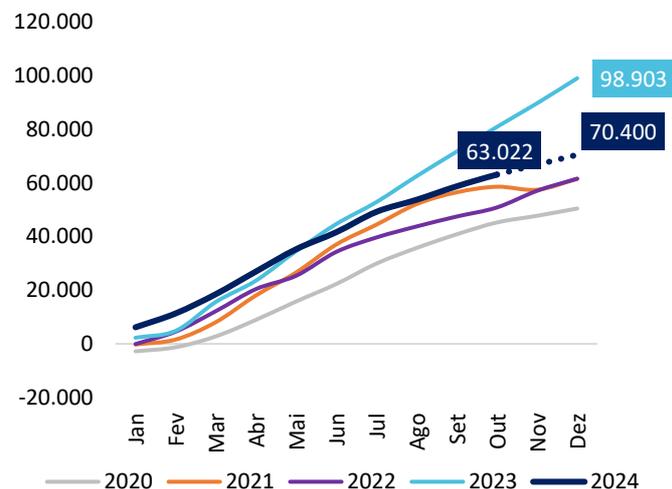
Fonte: Tesouro Nacional

Quadro 7: Exportações e Importações Var. % ante o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Secex/Mdic.

Quadro 8: Saldo Comercial – Acumulado no ano – Em US\$ mi



Fonte: Secex/Mdic. Projeção: Secex/Mdic.

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

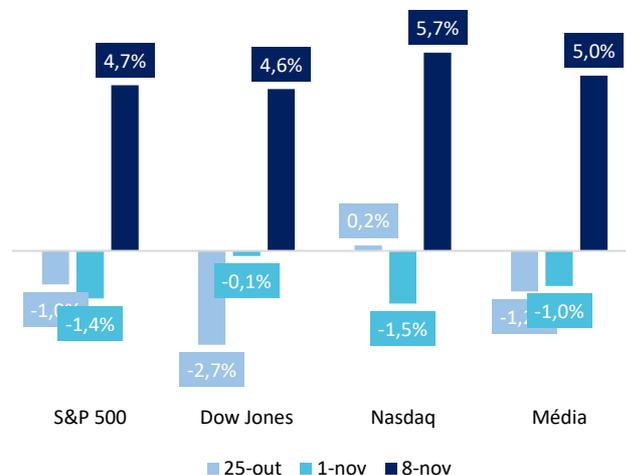
Bolsas, juros e dólar sobem com vitória de Donald Trump

A semana foi marcada pela vitória (mais folgada do que o esperado) de Donald Trump nas eleições presidenciais dos EUA, que não só conquistou a maioria dos votos do colégio eleitoral, como também superou Kamala Harris no voto popular. Trump venceu nos sete estados considerados chave (*swing states*) e caminha para obter maioria nas duas Casas do Congresso. Com isso, a leitura é que o Republicano terá suporte político para implementar sua agenda, caracterizada por aumento do protecionismo comercial, redução de impostos, desregulamentação da economia e contenção dos fluxos migratórios. Diante disso, o mercado reagiu impulsionando o movimento chamado de “Trump trade”, com alta dos preços das ações/índices acionários (diante da perspectiva de menor tributação, regulamentação e competição para as empresas norte-americanas), além da alta dos rendimentos das *Treasuries* norte-americanas (maior inflação esperada e conseqüentemente dos juros), assim como do dólar.

Na agenda econômica da semana, como esperado, o Fed reduziu os juros nos EUA em 0,25 pp, levando os *Fed Funds* para o intervalo entre 4,50% e 4,75% aa, reduzindo o ritmo da flexibilização monetária após corte de 0,50 pp na reunião anterior. No comunicado, o Colegiado foi mais cauteloso, retirando o trecho onde dizia “ganhar maior confiança” de que a inflação está caminhando para a meta de 2%, passando a informar que os riscos em relação à inflação e o emprego estão equilibrados. Na entrevista coletiva, Jerome Powell pontuou que, por ora, a eleição não mudará o comportamento da autoridade monetária, que precisa entender melhor como as propostas de campanha serão efetivamente implementadas. Para a reunião de dezembro, o Comitê deixou a decisão em aberto, porém, os agentes seguem esperando um novo corte de 0,25 pp.

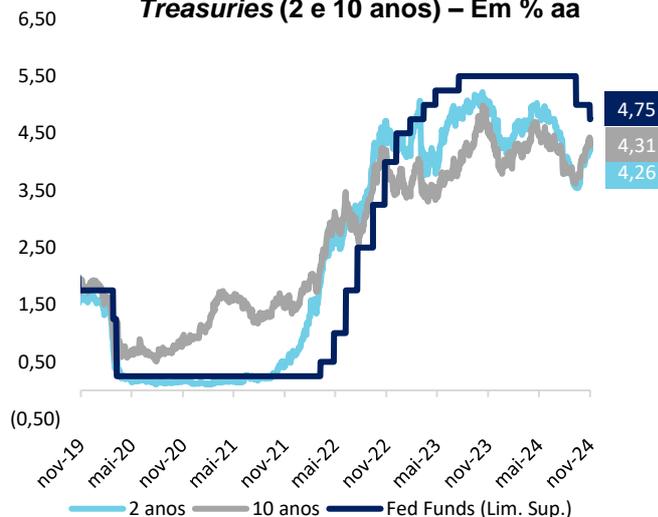
Na China, as exportações subiram 12,7% em outubro no comparativo com out/23, superando as expectativas (+5,0%) e registrando o melhor resultado desde jun/22 (+18,1%), possivelmente refletindo alguma antecipação das vendas com a perspectiva de vitória de Trump nos EUA, que tem prometido um aumento mais expressivo das tarifas comerciais para os produtos chineses. Já as importações caíram 2,3%, voltando a decepcionar os agentes em meio à demanda interna enfraquecida. Neste sentido, o governo chinês anunciou um programa de US\$ 1,4 tri para os governos locais refinanciarem suas dívidas. Porém, o anúncio desapontou os investidores, que esperavam um pacote mais agressivo, inclusive com algum estímulo ao consumo das famílias.

Quadro 9: EUA – Índices acionários e bolsas
Var. % semanal



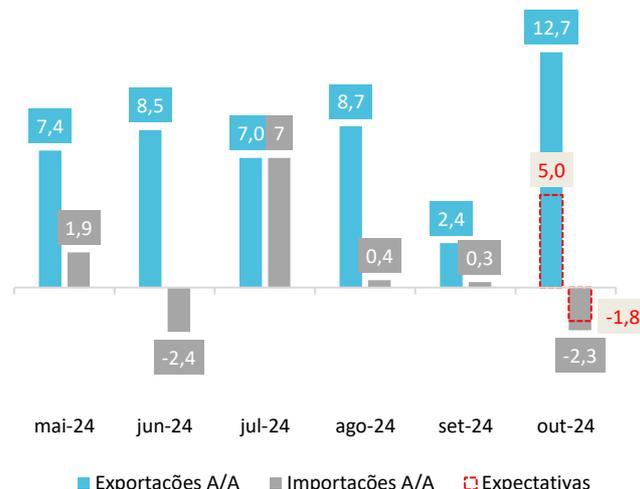
Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: EUA – Fed Funds e Rendimento das Treasuries (2 e 10 anos) – Em % aa



Fonte: Bloomberg.

Quadro 11: China – Exportações e Importações
Var. % ante o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

Resultado Corporativo 3º Tri/24 Itaú Unibanco

CRÉDITO / BANCOS

O Itaú Unibanco registrou lucro líquido gerencial de R\$ 10,7 bilhões no 3T24, alta de 6,0% no trimestre e de 18,1% ante o mesmo período de 2023. Com isso, a rentabilidade patrimonial anualizada (ROE) do banco atingiu 22,7%, superior em 0,3 pp e 1,6 pp ante o 2T24 e 3T23, nesta ordem, renovando o maior patamar desde o 4T19 (23,7%).

A melhora do resultado no comparativo com o 3T23 refletiu a alta generalizada das receitas e a queda do custo do crédito. A margem financeira avançou 8,0%, puxada pela margem com o mercado (+47,7%), em função de maiores ganhos na gestão de ativos e passivos. A margem com clientes, por sua vez, subiu 7,4%, explicada pelo maior volume de crédito. As receitas de seguros, previdência e capitalização (+16,8%) e prestação de serviços (+5,0%) também contribuíram para o resultado positivo. No caso dos serviços, em função dos ganhos com administração de consórcios (+20,0%) e de fundos (+16,0%).

Já o custo do crédito caiu 11,0% em 12 meses, puxado pela redução dos gastos com PDD (-7,1%), beneficiado pela reversão de R\$ 500 mi na PDD feita no caso Americanas, devido ao acordo de reestruturação entre a empresa e os bancos credores. Contudo, a melhora na qualidade das safras recentes também ajuda a explicar a queda. Isso porque, sem o efeito mencionado, o custo do crédito teria caído 5,6% ante o 3T23. As despesas não decorrentes de juros subiram 8,2% na comparação anual, puxadas pelos gastos administrativos (+11,7%), com ênfase para investimentos em tecnologia e gastos em marketing, segundo o banco. Com isso, o índice de eficiência mostrou leve piora, subindo 0,2 pp ante o 3T23, atingindo 40,2%.

A carteira de crédito ampliada do Itaú cresceu 1,9% no trimestre e 9,9% em 12 meses. O avanço da carteira foi liderado por títulos privados e garantias prestadas (+20,7%). Já na carteira de crédito bancária, a alta foi mais expressiva no segmento PJ (+8,4%), em linhas como BNDES/repasses (+23,3%) e financiamento à exportação/importação (+22,4%). A carteira de crédito destinada às famílias subiu 4,8%, voltando a acelerar (alta de 3,1% no 2T24) após a retirada de clientes com maior risco e baixa rentabilidade. Destaque para a linha de financiamento de veículos (+9,5%) e crédito pessoal (+8,2%).

A inadimplência (acima de 90 dias) do banco caiu 0,1 pp no trimestre e 0,4 pp em 12 meses, atingindo 2,6% da carteira total, menor patamar desde o 1T22. A melhora foi disseminada entre os segmentos, com destaque para a carteira PF (-0,2 pp, para 4,0%) e de MPMEs (-0,1 pp, para 2,5%). Os atrasos (entre 15 a 90 dias) também recuaram no trimestre (-0,1 pp) e atingiram 2,2%.

Por fim, o banco revisou seu *guidance*, elevando a projeção de expansão do crédito neste ano para o intervalo entre 9,5% e 12,5% (ante 6,5% e 9,5%), em função da aceleração do crédito na margem e da desvalorização do real frente às demais moedas, que eleva o valor da carteira em R\$ em outros países que o Itaú tem presença, segundo a instituição.

Quadro 12: Resultado 3T24 – Itaú Unibanco

Itaú Unibanco - R\$ Mi	3T23	2T24	3T24	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS					
Ativo Total	2.678.896	2.931.995	3.008.534	2,6%	12,3%
TVM	946.123	1.092.080	1.041.759	-4,6%	10,1%
Depósitos	932.284	1.017.165	1.020.490	0,3%	9,5%
Patrimônio Líquido	182.292	191.988	201.102	4,7%	10,3%
DRE					
Margem Financeira Gerencial	26.275	27.665	28.512	3,1%	8,5%
Margem com Clientes	25.559	26.263	27.455	4,5%	7,4%
Margem com o Mercado	715	1.402	1.056	-24,7%	47,7%
Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	-9.212	-9.294	-8.561	-7,9%	-7,1%
Receitas de prestação de serviços	10.694	11.333	11.228	-0,9%	5,0%
Operações com Seg., Prev. e Cap.	2.191	2.400	2.526	5,3%	15,3%
Despesas não Decorrentes de Juros	-14.742	-15.069	-15.945	5,8%	8,2%
IR/CSLL	-3.679	-4.572	-4.489	-1,8%	22,0%
Lucro/Prejuízo do período ¹	9.040	10.072	10.675	6,0%	18,1%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE²					
ROAE	21,1%	22,4%	22,7%	0,3 pp	1,6 pp
ROAA	1,4%	1,4%	1,4%	0,0 pp	0,1 pp
Índice de eficiência	40,0%	38,8%	40,2%	1,4 pp	0,2 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito ampliada ³	1.163.213	1.254.127	1.278.005	1,9%	9,9%
PF	408.497	417.809	428.118	2,5%	4,8%
PJ	300.542	321.150	325.792	1,4%	8,4%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	-53.550	-51.461	-47.170	-8,3%	-11,9%
Despesa PDD/Carteira de crédito	0,8%	0,7%	0,7%	-0,1 pp	-0,1 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito	4,6%	4,1%	3,7%	-0,4 pp	-0,9 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	3,0%	2,7%	2,6%	-0,1 pp	-0,4 pp
Índice de Basileia	16,3%	16,6%	17,2%	0,6 pp	0,9 pp
Cobertura > 90 dias	209%	215%	205%	-10,2 pp	-4,5 pp

Fonte: Itaú RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹ Lucro Líquido Ajustado Gerencial
² Anualizado ³ Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, CRI, *commercial papers*, etc.) e unidades da América Latina.

Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Out/24

CRÉDITO / BANCOS

A caderneta de poupança registrou captação líquida negativa de R\$ 6,3 bilhões em outubro, segundo dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB). Assim, os saques superaram os depósitos pelo quarto mês seguido. O resultado deste mês foi próximo ao observado em setembro (R\$ -7,2 bi, em termos reais), após números mais modestos nos meses de julho (R\$ -0,9 bi) e agosto (R\$ -0,4 bi).

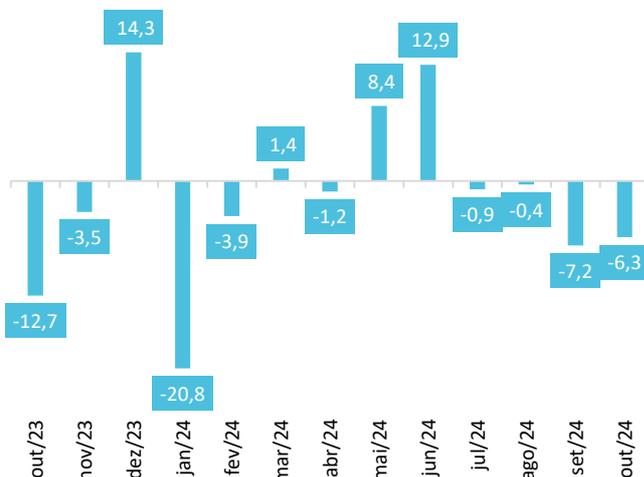
Ao menos, o número foi melhor do que o registrado no mesmo mês dos anos anteriores: 2023 (R\$ -12,7 bi), 2022 (R\$ -12,1 bi) e 2021 (R\$ -8,7 bi), indicando que, por ora, ainda há alguma tendência de melhora nesta comparação, dado que tal período (2021-2023) foi bastante negativo para o produto. Com o resultado de outubro, a captação negativa no acumulado do ano chegou a R\$ 18,0 bi, melhor do que o observado no mesmo período desde 2021, conforme Quadro 14.

O saldo da modalidade, por sua vez, caiu pelo 2º mês consecutivo, atingindo R\$ 1,019 tri (ante R\$ 1,025 tri em setembro, em termos reais). Em comparação com o PIB, o saldo da caderneta de poupança permaneceu estável em 8,9%, nível mais baixo desde meados de 2009, reforçando o movimento de perda estrutural de relevância do produto desde a pandemia, quando atingiu 13,6% em dez/20.

Neste sentido, importante mencionar que a perda maior tem acontecido na poupança tipo SBPE, cujos recursos são destinados ao crédito habitacional. Atualmente o saldo da modalidade representa 6,7% do PIB, ante 10,5% em dez/20, pico da série. Já a poupança rural, destinada ao crédito agrícola, passou de 3,1% para 2,2% do PIB no período, ou seja, uma queda um pouco menos intensa.

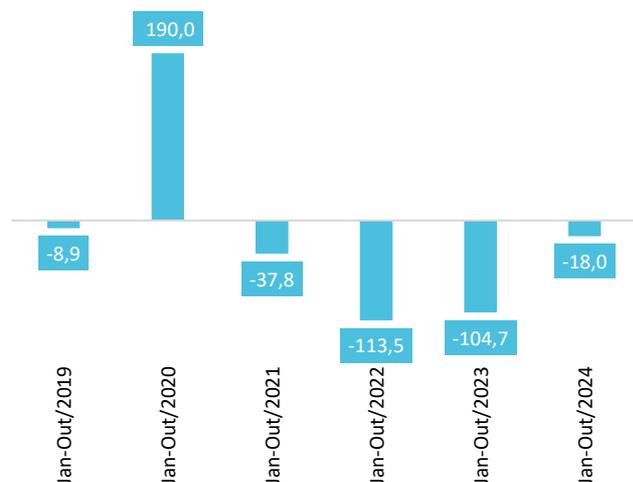
Portanto, do ponto de vista conjuntural, a modalidade segue perdendo recursos, ainda que em menor velocidade do que nos últimos anos. E, o novo ciclo de alta da Selic se impõe como um novo desafio para este quadro, que pode voltar a piorar. Do ponto de vista estrutural, parece claro que a modalidade tende a ser cada vez menos relevante como fonte de *funding* para o crédito imobiliário.

Quadro 13: Captação Líquida da Caderneta de Poupança Em R\$ bi (IPCA de out/24)



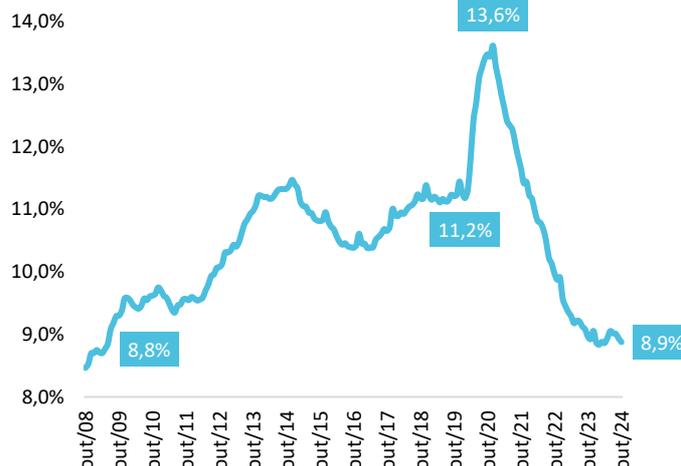
Fonte: Bacen.

Quadro 14: Captação da Caderneta de Poupança Acum. Janeiro a Outubro (Em R\$ bi)



Fonte: Bacen.

Quadro 15: Saldo da Caderneta de Poupança Em % do PIB



Fonte: Bacen.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2024				2025			
	08/11/24	01/11/24	11/10/24	Viés	08/11/24	01/11/24	11/10/24	Viés
IPCA (%)	4,62	4,59	4,39	▲	4,10	4,03	3,96	▲
PIB (% de crescimento)	3,10	3,10	3,01	↔	1,94	1,93	1,93	▲
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	11,75	11,75	11,75	↔	11,50	11,50	11,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,55	5,50	5,40	▲	5,48	5,43	5,40	▲

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	08/11/24	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,74	-2,30%	-0,91%	18,08%	16,82%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	157,57	-3,70%	-0,46%	18,96%	-4,85%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	11,29	1,55%	2,05%	-3,06%	-6,59%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	12,98	0,12%	2,36%	29,32%	19,42%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	12,91	-2,72%	-0,40%	28,11%	16,74%
Índice Ibovespa (em pontos)	127.906,94	-0,17%	-1,39%	-4,68%	7,33%
IFNC (setor financeiro)	12.841,22	-0,63%	-1,93%	-6,97%	6,70%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	4,75	-5,00%	-5,00%	-13,64%	-13,64%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,25	1,15%	2,01%	0,09%	-15,26%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,30	-1,85%	0,42%	10,91%	-6,96%
Dollar Index	104,94	0,63%	0,93%	3,56%	-0,92%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.997,29	4,69%	5,12%	25,73%	37,95%
Índice de ações de bancos – EUA	129,16	10,90%	10,56%	17,93%	49,96%
Índice Euro Stoxx 50	4.802,76	-1,54%	-0,52%	6,22%	13,56%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	143,42	-3,16%	-1,27%	21,18%	29,15%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	73,96	1,18%	1,09%	-4,00%	-7,56%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira